

O ESTADO-COACH E A PRODUÇÃO DO TRABALHADOR PRECÁRIO

THE COACH-STATE AND THE PRODUCTION OF THE PRECARIOUS WORKER

EL ESTADO ENTRENADOR Y LA PRODUCCIÓN DE TRABAJADORES
PRECARIOS

Clarice Antunes do Nascimento¹

DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3243

Recibido: 23/08/2025 | Aceptado: 02/09/2025 | Publicación en línea: 09/09/2025.

RESUMO

O artigo analisa três políticas públicas voltadas à inclusão produtiva da juventude pobre brasileira, problematizando-as como ações de um Estado-*coach*, que almeja auxiliar adolescentes e jovens na identificação de caminhos, postos como adequados, para saírem de uma condição de vida desvantajosa (ponto A), para outra considerada melhor (ponto B). Com base nas teorizações pós-críticas – a exemplo de Michel Foucault, Maurizio Lazzarato, Jorge Larrosa, Byung-Chul Han, entre outros –, buscou-se examinar como o Estado se apropria de saberes e técnicas do processo de *coaching* para a condução das condutas juvenis contemporâneas. Para tal, optou-se por uma análise documental dos Programas ProJovem, Mediotec e Espaço 4.0, considerando as verdades propagadas nestes materiais e o poder que efetuam sobre corpos e mentes. Por meio destes programas, o Estado pretende favorecer a transição de jovens vulneráveis para o mercado de trabalho. Porém, conforme mostra a pesquisa, essa abordagem não é neutra: funciona como dispositivo que produz e performa o sujeito neoliberal.

Palavras-chave: Estado-Coach. Neoliberalismo. Inclusão Produtiva. Juventude.

ABSTRACT

The article analyzes three public policies aimed at the productive inclusion of poor Brazilian youth, problematizing them as actions of a coach-State, which aims to assist teenagers and young people in identifying paths, deemed appropriate, to move from a disadvantageous life condition (point A) to one considered better (point B). Based on post-critical theorizing – such as that of Michel Foucault, Maurizio Lazzarato, Jorge Larrosa, Byung-Chul Han, among others – the work seeks to examine how the state appropriates knowledge and techniques from the coaching process to guide contemporary youth behavior. To this end, was undertaken a documentary analysis of the ProJovem, Mediotec and Espaço 4.0 programs, considering the truths propagated in these materials and the power they exert over bodies and minds. Through these programs, the government aims to facilitate the transition of vulnerable young people into the job market. However, as the research shows, this approach is not neutral: it functions as a device that produces and performs the neoliberal subject.

¹ Doutora em Educação, Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: claricen@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4315-4515>

Keywords: Coach-State. Neoliberalism. Productive Inclusion. Youth.

RESUMEN

El artículo analiza tres políticas públicas dirigidas a la inclusión productiva de la juventud brasileña pobre, problematizándolas como acciones de un Estado Entrenador que busca ayudar a adolescentes y jóvenes a identificar caminos considerados apropiados, para transitar de una condición de vida desventajosa (punto A) a una considerada mejor (punto B). Basándose en teorías poscríticas - como las de Michel Foucault, Maurizio Lazzarato, Jorge Larrosa, Byung-Chul Han, entre otros -, el artículo examina cómo el Estado se apropia de conocimientos y técnicas del proceso de orientación para guiar el comportamiento juvenil contemporáneo. Para ello, se realizó un análisis documental de los programas ProJovem, Mediatec y Espaço 4.0, considerando las verdades propagadas en estos materiales y el poder que ejercen sobre cuerpos y mentes. A través de estos programas, el Estado busca facilitar la transición de jóvenes vulnerables al mercado laboral. Sin embargo, como muestra la investigación, este enfoque no es neutral: funciona como un dispositivo que produce y realiza al sujeto neoliberal.

Palabras clave: Estado Entrenador. Neoliberalismo. Inclusión Productiva Juventud.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil tem testemunhado o surgimento de políticas voltadas a adolescentes e jovens. Esse movimento se insere em um contexto de transição do Estado de bem-estar social para uma ordem neoliberal, que reconfigurou o tecido social e impactou profundamente as subjetividades e instituições.

No interior desta racionalidade, de matriz neoliberal, ao mesmo tempo em que se passou a investir no fortalecimento do diálogo com os diferentes setores da sociedade (empresas, Organizações Não Governamentais, governo e sociedade), buscando compartilhar responsabilidades no atendimento a demandas econômicas e sociais, discursos orbitando em torno da fragilidade e dos riscos aos quais estariam submetidos adolescentes e jovens das comunidades mais pobres, bem como discursos em torno da necessidade de criar formas de inserção social desses grupos, alavancaram uma série de políticas pautadas pela ideia da educação como fundamental para a inserção e mobilidade social.

Nesse contexto, o acesso à educação, o combate à evasão escolar e a educação como condição *sine qua non* para a inserção no mercado de trabalho serviram como trampolim e marco

de ação para atrair, recuperar e manter, nos bancos escolares e nas malhas do capitalismo, sujeitos considerados socialmente excluídos. Para o filósofo e sociólogo Maurizio Lazzarato (2011b, p.18-19), o pressuposto neoliberal é um governo capaz de “agir sobre a própria sociedade na sua trama e na sua espessura levando em conta os, e até mesmo se responsabilizando pelos, processos sociais para dar lugar [...] a um mecanismo de mercado”. Diz respeito a um modelo político e econômico baseado no pressuposto do *laissez-faire* (deixe fazer), no qual o papel do Estado é fomentar as condições econômicas e sociais que proporcionem o funcionamento ótimo da mecânica concorrencial.

Ao analisar os efeitos da globalização e do neoliberalismo, Guy Standing (2020) explica que, desde os anos 1970, a maximização da concorrência e a licença para que os princípios do mercado permeassem todos os aspectos da vida, acabaram moldando uma nova classe social mundial, emergente e ainda em formação: o “precariado”. Trata-se de sujeitos que, nessa nova ordem global, não se sentem ancorados em uma vida de garantias trabalhistas, não possuem empregos permanentes e muitas vezes nem sequer sabem que integram a classe do precariado, levando-nos a questionar como somos acionados e convencidos a, voluntariamente, integrar essa lógica e tomar, para si, seus preceitos, fazendo deles a diretriz para a saída de uma condição compreendida como desfavorável, para outra melhor.

Tal estranhamento suscitou o interesse em analisar como as políticas públicas brasileiras, direcionadas à juventude pobre, podem estar contribuindo para a produção de sujeitos conformes a esta matriz de inteligibilidade. Pensando com Lazzarato (2011a), no âmbito do neoliberalismo, o que vivenciamos parece ser a absoluta culpabilização dos sujeitos pela própria sorte, uma vez que o corte gradual de garantias trabalhistas e direitos sociais obriga os indivíduos a agirem sob a pressão das suas necessidades e buscarem, por conta própria, condições para superação de suas dificuldades e satisfação de seus desejos, como costuma ocorrer em processos de *coaching*, considerando que, no interior desta prática, o profissional *coach* se apropria das insatisfações, desejos e in/capacidades dos indivíduos como ponto de partida para auxiliá-los a vislumbrarem os caminhos que precisam seguir para as mudanças almejadas em suas vidas.

O presente artigo analisa três programas implementados pelo Governo Federal e voltados à inclusão produtiva da juventude pobre - o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (2005-2019), o Programa Espaço 4.0 (2019) e o Programa Mediotec (2017) -, problematizando-os como ação de um Estado-coach que incorpora o papel de auxiliar adolescentes e jovens a vislumbrarem os caminhos que precisam seguir para, por conta própria, saírem de uma condição de vida

indesejada para outra considerada melhor, a exemplo do que ocorre em processos de *coaching*. Caminhos, estes, comumente ancorados na educação e governo de si como mobilizadores das mudanças almejadas. O processo de *coaching*, de forma sintética, “pode ser resumido como uma parceria onde o *coach* auxilia o *coachee* a reconhecer o ponto onde se encontra (ponto A) e a identificar e atingir o ponto em que se quer chegar (ponto B)” (Franco, 2013, p. 179). Parte-se da premissa de que estes programas tenham sido pensados e articulados, conforme alertam Ortácio e Saraiva (2015, p.2), “para mostrar aos jovens o que se deve fazer e como se deve ser para se produzir como um sujeito aceito no mundo do trabalho”.

Com base nas teorizações pós-críticas, buscou-se examinar as verdades que permeiam os materiais utilizados para disseminação da proposta dos programas Projovem, Mediotec e Espaço 4.0, caracterizados como políticas voltadas à inclusão produtiva da juventude pobre brasileira, no intuito de compreender como, através destes programas, o Estado faz a gestão das desigualdades e conduz as condutas dos jovens para a inserção no jogo do mercado em contextos regidos pela governamentalidade neoliberal, buscando mostrar como se afinam com o processo de *coaching*.

Como empiria a ser analisada, foram escolhidos, para o exame do Projovem, o *Projeto do Programa Nacional de Inclusão de Jovens* e, por amostra, o *Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano*, disponibilizados na Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). Para a análise do Espaço 4.0, alguns documentos utilizados na divulgação do programa, dentre os quais o *Guia de implantação do programa Espaço 4.0* e um livro digital (*E-book*) intitulado *Espaço 4.0*. E, para o exame do Mediotec, textos e documentos disponibilizados no espaço destinado ao Mediotec no portal do Ministério da Educação. Tais documentos se mostraram profícuos para os tensionamentos em torno destas políticas.

Ao que cabe conhecer o papel do *coach*, para que se possa compreender como o Estado pode estar se apropriando de saberes desta área para condução das condutas juvenis na sociedade em que vivemos.

O PAPEL DO COACH

O Estado vem se configurando como Ente que governa através de táticas e técnicas individualizantes protagonizadas pela racionalidade governamental vigente. Compreendido como um conjunto de instituições públicas que representam, organizam e, ao menos em tese, atendem os anseios da população, por meio de políticas socioeducacionais, o Estado vem

ensinando os sujeitos a pensarem e agirem conformes às regras de funcionamento da sociedade global. É desse lugar de Ente que orienta as condutas e os caminhos a escolher, que o Estado pode estar assumindo a função de *coach*. De acordo com o Marques (2020, n.p.), fundador do Instituto Brasileiro de *Coach* (IBC), o papel do *coach* é instigar o *coachee*, “com o objetivo de que ele mesmo enxergue em si o potencial para solucionar seus problemas e conseguir, finalmente, alcançar os objetivos e sonhos que almeja”.

No entanto, apesar de engajado nesta causa, o trabalho só terá resultado se o *coachee* acreditar no processo, dispor-se a colocar a mão na massa e pôr em prática o plano de ação. Para Ulrich (2017, p. xvi), o processo de *coaching* requer “engajamento entre o *coach* e o *coachee*”. Nessa linha de pensamento, Goldsmith (2017, p. xix), afirma que “os *coaches* da atualidade são desafiados à repetitiva tarefa de entremear várias disciplinas com o objetivo de auxiliar clientes a aprender a ter sucesso”, ou seja, um processo centrado no *coachee* como sujeito-objeto inscrito numa relação de produção de sentidos sobre si, sobre o mundo e sobre si no mundo. Trata-se de uma prática em que tudo é arrancado das próprias entranhas por uma ação organizada, que envolve, entre outros aspectos, a tomada de consciência e a constituição do ser.

Na visão de Wolk (2016, p. 11), qualquer que seja o papel do sujeito em uma organização ou na vida pessoal, “as capacidades dialógicas, o conhecimento de si mesmo e o aprender a aprender ajudam a gerar mudanças nas pessoas, nos vínculos e nas organizações”. O papel do *coach* é “capacitar aos outros para que se convertam em melhores observadores de si mesmos e do seu mundo de relações, a fim de que possam obter o máximo de rendimento de suas competências e habilidades” (*ibid.*, p. 12-13). Seguindo esta ótica, Mancilla (2016, p. ix) afirma que “o *coaching* visa liberar o potencial de uma pessoa para sua performance e ajudá-la a aprender em vez de ensiná-la”.

Tal pressuposto remonta o sujeito descrito pelo teórico pós-estruturalista, Stephen Ball (2013, p. 145), segundo o qual, o foco das políticas atuais, “não é mais que um novo tipo de pessoa e uma nova ética de personalidade; no contexto da aprendizagem ao longo da vida, o ‘eu’ deve ser completamente reconstruído como indivíduo empreendedor”. Com base em Haydon (2004), Tuschling e Engemann (2006), Ball (2013) explica que, este aprendiz almejado pela sociedade da aprendizagem, está inserido em um ambiente moral e inscrito em um regime de aprendizagem que engloba a documentação de si mesmo. Ao que parece, ambiente propício para o trabalho do *coach*.

Conforme Mancilla (2016, p. ix), “o *coach* desempenha o papel de facilitador da

aprendizagem e faz mais perguntas do que dá respostas”, inscrevendo o sujeito como protagonista neste processo. Trata-se de uma visão que se alinha à perspectiva apresentada por Kimsey-House (2015, p.2), para o qual:

O coaching não objetiva a solução de problemas, embora eles acabem sendo resolvidos ao longo do processo. (...) É uma maneira de empoderar as pessoas para que encontrem suas próprias respostas, encorajando-as e apoiando-as no caminho para que sigam fazendo escolhas vivificantes e realizem importantes mudanças.

Pressupõe-se, dessa perspectiva, que a responsabilidade pelo in/sucesso do *coachee* é dele próprio, já que “o *coach* é [apenas] o catalisador, um elemento importante para acelerar a mudança” (Kimsey-House, 2015, p.22), alinhando-se aos pressupostos da racionalidade neoliberal. Nesse sentido, Ludwig von Mises e Israel Kirzner, teóricos austro-americanos do neoliberalismo como uma prática de subjetivismo, destacam que “todo o indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse ‘empreendedorismo’ humano” (Dardot; Laval, 2016, p.145). O empreendedor, no âmbito desta ideologia, é “um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não” (*ibid.*, 145).

Depreende-se, desta visão, que o sujeito que o neoliberalismo busca produzir é um sujeito que, visando a maximização dos lucros, esteja em contínua formação de si. Um sujeito que, com os conhecimentos e aptidões necessárias, arrisque-se em novas e diferentes oportunidades, quaisquer que sejam, que possam gerar ou aumentar seu capital. E quem se joga em “qualquer coisa”, parece ser o empreendedor que, na visão de Standing (2020), insere-se na classe do precariado, a qual é concebida, por este estudioso das políticas das políticas de mercado de trabalho, como “uma classe-em-formação e uma classe-para-si” (Standing, 2020, p.23), que passa a assumir os riscos da gestão de suas mazelas.

No que tange aos anseios dos diferentes sujeitos, para Kimsey-House (2015), em geral as pessoas possuem uma questão urgente para resolver quando aceitam participar de um processo de *coaching*. O papel do *coach*, segundo este teórico, “é desafiar o cliente a continuar buscando sua plenitude, apesar das circunstâncias, das muitas vozes em volta dele dando maus conselhos e seguindo interesses contrários e também de seu sabotador interno” (*ibid.*, p.163). Nessa perspectiva, o *coaching* é considerado como “um suporte ideal para assegurar que a mudança crie raízes” (Kimsey-House, 2015, p.208).

Para tanto, o *coach* precisa estabelecer uma relação de confiança com o *coachee*, uma vez que o processo só se inicia quando “já há a devida concessão de autoridade ao *coach*, como alguém capaz de uma intervenção efetiva” (Reis, 2011, p.52). Assim, o ponto de partida do *coach* é dotar-se de certo grau de legitimidade para falar, para que seus discursos tenham os efeitos desejados. É necessário o *coach* situar-se em um regime de veridicção, certificado por determinadas políticas do verdadeiro. A esse respeito, Foucault (2002) alerta que “é chegado o momento de considerar esses fatos de discurso, não mais simplesmente sob seu aspecto linguístico, [mas] como jogos (*games*), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta” (Foucault, 2002, p.9).

O *coaching*, enquanto técnica de condução das condutas que pode estar servindo de diretriz para as operações de poder em jogo no bojo de políticas voltadas à gestão das desigualdades, não se constitui como uma prática neutra, mas permeada pela racionalidade governamental segundo a qual a sociedade deve funcionar e com base na qual são gestadas as ações direcionadas à inclusão produtiva de jovens posicionados como grupos em situação de risco e vulnerabilidade social. Ao que cabe entender como se desenha o cenário em que se dá esse processo.

AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E O SUJEITO PRECARIZADO

Muito se tem discutido, sobretudo nos tempos atuais, sobre como superar a crise que assola o país e se baseia em acontecimentos a nível global, que afetam a saúde, segurança e economia local. Em termos concretos, não bastasse a recessão econômica, a sociedade atual enfrenta problemas associados à retirada gradual de garantias de seguridade social, que conduz a condições precárias de trabalho e renda. Em meio à pandemia, por exemplo, vimos:

Sinais de expressivo aumento dos índices de informalidade, precarização e desemprego, quer pela proliferação de uma miríade de trabalhos intermitentes, ocasionais, flexíveis etc., quer pelas formas abertas e ocultas de desemprego, subocupação e subutilização, todos contribuindo para a ampliação dos níveis já abissais de desigualdade e miserabilidade. (Antunes, 2020, p. 19)

No entanto, a questão da in/seguridade social, não é uma contenda recente. Na perspectiva de Michel Foucault, “desde o século XVIII, o espaço é habitado por sujeitos econômicos que, no lugar de possuírem direitos, possuem interesses econômicos” (Lazzarato, 2011b, p.16). No que diz respeito a esses sujeitos, para maioria da população “tornar-se um sujeito econômico (‘capital

humano, ‘empresário de si mesmo’) não significa senão ser compelido a gerenciar salários e rendas declinantes, precariedade, desemprego e pobreza, do mesmo modo que alguém cuidaria do balanço de uma empresa” (Lazzarato, 2014, p.14).

O que observamos, nas últimas décadas, parece ser a produção de uma sociedade precarizada, que vem se constituindo, conforme assinala Standing (2020, p.27), “sob o influxo da terceira revolução industrial [caracterizada pelo avanço tecnológico], do neoliberalismo e da superexploração de populações da Ásia”. Standing (2020) define o precariado como um grupo “flanqueado por um exército de desempregados e um grupo separado de pessoas hostis socialmente desajustadas, vivendo à custa da escória da sociedade” (Standing, 2020 p.25). Inseridos em um tempo marcado pelos desmontes dos direitos sociais, pela quebra do pacto social e a implantação do trabalho flexível em troca de uma ilusão de empregabilidade sem benefício ou direito, o precariado “consiste em pessoas que são desprovidas de todas as formas de garantias relacionadas ao trabalho” (*ibid.*, p.27) e precisam inventar formas de sobreviver em meio a esse quadro de insegurança.

Para Standing (2020, p.31), “as ações e atitudes derivadas do precariado tendem ao oportunismo. (...) O precariado sabe que não há nenhuma sombra do futuro, da mesma forma como não há futuro no que eles estão fazendo agora” e, ainda que alguns se sintam desconfortáveis em sua insegurança, outros, tendo sido sequestrados pelos discursos do neoliberalismo, terão “uma imagem positiva, tipificando um romântico espírito livre que rejeita normas da antiga classe trabalhadora mergulhada em um trabalho estável” (*ibid.*, p.26). De acordo com Antunes (2020, p.11), sociólogo que vem estudando o mundo do trabalho, “a terceirização, a informalidade e a flexibilidade” se tornaram marcas da globalização.

Nascido das entranhas do neoliberalismo e da globalização, o precariado surge onde o trabalho passa a ser mais flexível e individualizado, e, para o capitalismo continuar seu processo de expansão e manter suas taxas de lucro, coloca-se como necessidade a retirada dos direitos e garantias dos trabalhadores, associada a uma pressão contínua para baixar os salários, repercutindo no aumento da vulnerabilidade social, que contribui para a emergência dessa nova classe, composta, segundo Standing (2020), por um número cada vez maior de pessoas que levam vidas de insegurança, entrando e saindo de empregos que conferem pouco significado a suas existências.

Estas pessoas, em busca de sobrevivência ou de melhores condições de vida, vivem um processo constante de exaustação física e mental, porque investem cada vez mais esforços, tanto

em termos de força de trabalho manual ou intelectual, quanto no sentido da produção de si mesmos. Em cenários caracterizados pela concorrência e aprendizagem contínua, sobretudo em contextos caracterizados pelo aumento do desemprego, ter um diferencial competitivo pode ser a chave de acesso a novas e melhores condições de trabalho e renda. Ao analisar o neoliberalismo e as novas técnicas de poder vigentes no cenário contemporâneo, Han (2018, p.9-10) destaca que hoje

não somos mais sujeitos submissos, mas projetos livres, que se esboçam e se reinventam incessantemente. O ‘eu’ como projeto, que acreditava ter se libertado das coerções externas e das restrições impostas por outros, submete-se, agora, a coações internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização. (...) O sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo: é um servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo.

Em meio a um quadro acentuado de desemprego e salários baixos, os sujeitos do desempenho precisam dotar-se de espírito empreendedorístico e aderir ao oportunismo proposto pelos neoliberais, conforme mencionado por Dardot e Laval (2016). Neste grupo, encontramos sujeitos que se lançam no mundo do trabalho sem proteção social, sem garantias previdenciárias e sem maneiras de reivindicações coletivas – sujeitos que, gradativamente, vão deixando de ser alvo das políticas do Estado neoliberal. Abandonados à própria sorte e vivendo, muitas vezes, em condições sub-humanas de trabalho e de existência, estes grupos estão se tornando, conforme visão apresentada por Standing (2020), “uma nova *classe perigosa*”. Exauridos em suas forças e totalmente desprotegidos/vulnerabilizados, eles poderão se tornar ativistas hostis, que agirão contra o sistema. Conforme este teórico, “o verdadeiro sucesso da agenda ‘neoliberal’, aceita em maior ou menor grau por todos os tipos de governos, criou um monstro político incipiente. É necessário agir antes que esse monstro ganhe forças” (Standing, 2020, p.15).

Este “agir”, em um cenário regido pela governamentalidade neoliberal, traduz-se, geralmente, pela criação de políticas e programas direcionados aos sujeitos que se caracterizam ou podem vir a caracterizar-se como uma ameaça ao Estado neoliberal – e, de acordo com Han (2018, p.16), “o regime neoliberal não permite que emergja qualquer resistência ao sistema”.

Dentre estas ameaças está o aumento da quantidade de trabalhadores que, estando desempregados ou submetidos a empregos caracterizados por condições precárias de trabalho, lançaram-se na informalidade como forma de sobrevivência e, nesta situação, invisibilizaram suas rendas, suas condições de consumo e de tributação, ao mesmo tempo em que tornaram visível a inadimplência do Estado na gestão das demandas sociais. Esses grupos têm se tornado,

como quis o neoliberalismo, empreendedores e responsáveis pela gestão de suas mazelas, mas, difíceis de serem mapeados em seu status de trabalho e renda, e continuando a constar como desempregados, usufruem ou podem vir a usufruir de medidas assistencialistas do Estado, que oneram os cofres públicos. Para mapeá-los, um dos mecanismos instituídos, no âmbito brasileiro, foi a criação da Lei Complementar nº.128/2008, que modificou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e implementou o programa Microempreendedor Individual (MEI), concebido como um programa que objetiva beneficiar micro negócios informais e profissionais que trabalham por conta própria.

A transição do trabalhador, da informalidade para formalidade, permite ao Estado não apenas mapear suas rendas/lucratividade, mas manter vivo o caráter empreendedorístico dos indivíduos e sua autorresponsabilização pela gestão de si mesmos, enquanto sujeitos-empresa, e pelo custeio das suas necessidades. Ao que parece, uma tática potente de manutenção dos sujeitos sob o domínio dos preceitos neoliberais, na esteira dos quais “o Estado continua a desempenhar um papel importante na produção de subjetividade, mas sua governança é a partir de agora ‘privatizada’, já que é a administração da empresa que se impõe como método de gestão” (Lazzarato, 2017, p.169).

A questão da in/formalização do trabalhador coloca em tensionamento – ou, pelo menos, permite olhar com estranhamento - as políticas implementadas no âmbito brasileiro desde a emergência do neoliberalismo, pois o que se quer com estas políticas destinadas a grupos sociais vulnerabilizados e precarizados em suas condições de existência, ao que me parece, pode não ser a extinção desta condição, mas a captura das reivindicações destes grupos como ponto de partida para estabelecer um clima de confiança capaz de fazê-los acreditarem que estão sendo conduzidos por/para um caminho seguro e adequado ao atendimento de seus anseios e necessidades. Cabe ressaltar, conforme indica Standing (2020, p.12), que apesar de a classe do precariado estar nas primeiras filas da insegurança econômica provocada pela globalização, “ela tem um fardo distintivo de insegurança e terá, igualmente, um conjunto diferente de reivindicações”.

No caso dos programas Projovem, Mediotec e Espaço 4.0, em análise neste trabalho, são políticas destinadas à juventude pobre brasileira, que, conforme se espera mostrar, nas discussões a seguir, procuram englobar a juventude na sua multiplicidade de reivindicações e representações sociais e, através de táticas diferenciadas de poder, buscam incluir a todos no jogo do neoliberalismo e da globalização precarizante.

DO “PONTO A” AO “PONTO B”: INCLUSÃO PRODUTIVA PERMEADA POR NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O poder inteligente se plasma à psiquê, (...). Não impõe nenhum silêncio. Ao contrário, ele nos convida a compartilhar incessantemente, participando, dando opiniões, comunicando necessidades, desejos, preferências, contando sobre nossa própria vida. (Han, 2018, p.27)

Comunicando nossas necessidades e contando sobre nossa própria vida, porque essa é uma das formas por meio das quais o *coach* e, também, o Estado, apropriam-se das fragilidades, potencialidades e reivindicações pessoais/sociais como ponto de partida para conduzir as condutas dos sujeitos no cenário em que vivemos. Mais precisamente, como ponto de partida para implementação de práticas de autogoverno, as quais, no processo de *coaching*, caracterizam-se pela condução de si mesmo mediada por uma ação externa e o uso de tecnologias de poder oriundas, sobretudo, da prática pastoral. Retomando a visão de Larrosa (1994, p.51), diz respeito a um poder que “não pode ser exercido sem conhecer o que passa pela cabeça dos indivíduos, sem explorar-lhes a alma, sem forçá-los a revelar seus segredos mais íntimos; implica um conhecimento da consciência e uma atitude para dirigi-la”. Segundo Kimsey-House (2015, p.3), especialista em *coaching*, “o *coach* é aquele que cuida para que o outro realize aquilo que diz que deseja, perseguindo seus objetivos depois de fazer escolhas. Ele está lá para manter a pessoa comprometida”. Montana (2013, p.28), profissional desta área, acrescenta que “o *coaching* é um processo que atua na atitude do cliente”, isto é, no seu comportamento.

Abre-se assim a discussão, para colocar logo em jogo a relação entre o modo de atuação do *coach* e a forma de operação do Estado, no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Programa Mediotec e Programa Espaço 4.0, no que diz respeito às táticas e técnicas de poder utilizadas para inclusão produtiva da juventude pobre em um contexto regido pela governamentalidade neoliberal.

Sabe-se que o neoliberalismo, caracterizado pela migração de valores econômicos para outros domínios da vida social, fez emergir processos e políticas que vêm transformando sujeitos de direitos em indivíduos-microempresas. Esses processos e políticas, segundo Gadelha (2009, p.178), fazem dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda a sociedade e “induzem os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que estabeleçam cada vez mais entre si relações de concorrência”. Nesse processo, “a pessoa deve, para si mesma, tornar-

se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado” (Gorz, 2005, p.23).

Nesse sentido, o papel do Estado, através das políticas públicas, é criar as condições necessárias para que os indivíduos possam se transformar em empresários de si, desenvolvendo capacidades e comportamentos que favoreçam a inclusão produtiva em um cenário marcado por valores econômicos, haja vista, conforme se observa no âmbito dos programas Projovem, Mediotec e Espaço 4.0, a forma como são concebidas estas políticas.

Segundo consta no *Projeto do Programa Projovem*, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - Projovem é componente estratégico da Política Nacional de Juventude, implantado em 2005, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual foi concebido como destinado a:

(...) jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. Aos participantes, o Projovem oferece oportunidades de elevação da escolaridade; de qualificação profissional; e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público. (...) voltado, especificamente, ao segmento juvenil mais vulnerável
(...), o Programa assume, ao mesmo tempo, caráter emergencial - atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio; e caráter experimental, no curso de formação - ao basear em novos paradigmas sua proposta curricular que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico. (Brasil, 2005, p.5-6)

Depreende-se, do excerto acima, que se trata de um programa que captura os anseios de jovens posicionados em situação de vulnerabilidade social e orienta, através de trabalho pedagógico, o percurso que estes grupos precisam seguir para que possam sair da condição indesejada em que se encontram, ao mesmo tempo em que busca, quando propõe o engajamento cívico, maior protagonismo dos sujeitos no que tange ao envolvimento político nas questões que os afetam, razão pela qual uma das táticas do programa é envolvê-los no planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público. No que se refere ao “engajamento cívico”, conforme consta no *Projeto do Programa Projovem*, nas entrevistas realizadas com jovens, para conhecer as demandas do público-alvo do Projovem, os grupos entrevistados demonstraram o desejo de agir socialmente, participando de ações desenvolvidas nos contextos sociais, comunitários e cidadãos. Entre as formas de participação almejadas pelos jovens, estariam o pertencimento a grupos que atuam para transformar o espaço local, nos bairros, nas favelas e periferias;

participação em grupos que trabalham nos espaços de cultura e lazer; em grupos ecológicos, comitês da campanha contra a fome, ações contra a violência e pela paz, grupos contra a globalização; grupos reunidos em torno de identidades específicas; etc. (Brasil, 2006). Consideradas estas formas de participação, posicionadas como de interesse dos jovens, a concepção apresentada no âmbito do projeto do Projovem é a de que “um programa dirigido aos jovens deve tomar como seus tanto os desafios que estão sendo colocados para essa geração, quanto sua forma inovadora de encontrar respostas aos problemas sociais” (Brasil, 2006, p.10).

No que tange à participação social, observa-se uma tentativa do Estado de repassar, à sociedade, responsabilidades que, no âmbito do Estado de bem-estar social, eram compreendidas como sendo do governo. Este aspecto aparece, com mais clareza, quando o Projovem indica as diretrizes específicas do programa, dentre as quais está a de “propiciar oportunidades de escolha e de tomada de decisão para resolução de problemas” (Brasil, 2005, p.22), da mesma forma que a captura dos anseios juvenis se configura quando o Projovem se apresenta como um programa que “caracteriza-se por valorizar a singularidade da condição juvenil, suas necessidades e seus desejos frente à sua condição socioeconômica e cultural” (Brasil, 2005, p.15), assemelhando-se ao processo de *coaching*.

Para ter acesso a estas informações, o Estado costuma se valer da implementação de mecanismos de participação social que permitem estabelecer um diálogo com a juventude pobre, conforme faria um *coach* em suas sessões com o *coachee*. Mas, no caso do Projovem, as táticas são mais incisivas e diretas, pois o programa se vale de informações colhidas em entrevistas com os jovens (as entrevistas, pode-se dizer, que correspondem aos processos de conversação que ocorrem no processo de *coaching*). No *Projeto do Programa Projovem*, ao tratar dos estereótipos que a sociedade e a mídia inventam sobre a juventude pobre, a discursividade utilizada apresenta indícios de como se estabelece o diálogo com o público-alvo do programa.

Parte significativa dos entrevistados pelo *Projeto Juventude* (mais de 60%, entre os mais pobres) disse que gostaria de ter oportunidade de participar de ações desenvolvidas em contextos sociais, comunitários e cidadãos. Essa predisposição não resulta do acaso, mas tem como referência as diferentes maneiras pelas quais grupos jovens vêm expressando demandas, necessidades e visões de mundo para agir no espaço público. (Brasil, 2005, p.12)

O excerto acima remete à ideia de que são os jovens que estão dizendo que possuem predisposição para participar de ações desenvolvidas em contextos sociais, comunitários e cidadãos, podendo contribuir na solução de demandas sociais, servindo como justificativa para

se propor, no âmbito do Projovem, práticas que podem ser vistas como marca de um governo que promove a inclusão produtiva, mas em um quadro de estímulo à participação social, que conduz a modos de pensar e agir que se afinam com a razão neoliberal, uma vez que transita pela via da responsabilização social, ainda que pareça ser (ou se coloque como sendo) uma demanda da juventude pobre. Permite considerar, ainda, que, se as políticas pensadas para esses grupos resultarem em trabalhos precarizados e uma forma de participação social que traga poucos retornos aos sujeitos, na esfera individual, a culpa por estarem nesta situação poderia ser dos próprios jovens, que manifestaram a disposição para trabalhar desta forma, e não de outras.

Esse processo de escuta ou diálogo que se coloca como forma de identificar as necessidades e interesses juvenis, a partir dos quais se traçará a rota ou as ações para atender aos desejos manifestados pelos jovens, constitui-se, em alguma medida, como uma tática para fazer com que os sujeitos assumam o bônus e o ônus de suas escolhas. Na visão de Lazzarato (2014, p.27-28):

A sujeição social produz um sujeito 'individuado' cuja forma paradigmática no neoliberalismo tem sido a do 'capital humano' e do 'empresário de si'. O último avatar da individualização, que fez da pessoa o centro e a fonte de ação, emergiu da crise financeira, durante a qual a injunção para se tornar 'capital humano' foi invertida na figura de negativa e repressiva do homem endividado. Para sempre culpado e responsável, assim é o indivíduo hoje em relação à dívida. (Lazzarato, 2014, p.27-28)

Na seara do *coaching*, à medida em que as necessidades e desejos, abstraídas dos sujeitos, convertem-se na vontade de sair de uma condição desvantajosa para outra considerada melhor, de acordo com David e Gabriel (2013, p.116), profissionais desta área, essa “vontade é [percebida como] capaz de gerar o movimento de transformação para se chegar onde pretende. A vontade e o querer são como se fossem um motor”. A esses processos que se ancoram em práticas educativas para mobilizar os sujeitos à mudança de condutas frente às suas necessidades – a exemplo do Projovem -, Kamila Lockmann (2013) chama de educacionalização do social.

Significa convocar a Educação para dar conta dos problemas sociais do país. Neste sentido, a Educação se constitui como um campo privilegiado de governamento dos sujeitos, particularmente no que se refere à moralização dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Ainda que a passagem de uma racionalidade liberal para a neoliberal signifique a transformação das estratégias e dos propósitos, de alguma forma parece ainda subsistir uma necessidade de moralizar os sujeitos. (Ortácio; Saraiva, 2015, p.6)

Diferente do Projovem, o Programa Mediotec, implantado, em 2017, pelo Ministério da

Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), não traz em sua raiz o estímulo à participação social, mas mantém a educação como forma de mobilidade social de jovens que estão fora do mercado de trabalho. Segundo consta na aba/página de “apresentação” do programa, no portal do Ministério da Educação:

O Mediotec é uma ação para ofertar cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante para o aluno das redes públicas estaduais e distrital de educação, matriculado no ensino médio regular. As vagas são gratuitas, custeadas pela Setec/MEC por meio da Bolsa Formação. Entre seus objetivos, tem a missão de garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda. As vagas são definidas a partir da metodologia adotada na Bolsa Formação com o mapeamento das demandas do mundo do trabalho e renda, inclusive considerando as prospecções de crescimento econômico e social das regiões do país, proporcionando maior sinergia entre esses cursos e as demandas. (Brasil, 2018a, n.p.)

Na apresentação do Mediotec, no portal do MEC, não foram encontrados enunciados que indicassem a posição social destes jovens, mas, no *Guia Mediotec*, disponibilizado no portal do MEC/Mediotec, está posto que “a seleção do público do Mediotec deve considerar características socioeconômicas (maior vulnerabilidade econômica e social) e psicológicas (atividade de interesse), e, como critério de desempate, características sociodemográficas (bairro, cidade e região) e meritocracia” (Brasil, 2017, p.4).

No que tange às características psicológicas, o Mediotec propõe que devam “ser estimuladas com o seminário de profissões e outras ferramentas capazes de orientar a escolha do aluno e auxiliá-lo a construir seu projeto de vida profissional e cidadã” (*idid.*, p.4). Pode-se pensar, então, que, aquela “vontade” que os *coaches* David e Gabriel (2013) afirmam que serve como motor para transformação, caso não se manifeste espontaneamente nos indivíduos, pode ser produzida por meio de estratégias que visam estimular os jovens a fazerem escolhas. No que tange ao projeto de vida, cabe salientar que, com a implementação da Lei nº 13.415/2017, passou a ser componente curricular obrigatório do Novo Ensino Médio.

A lei dispõe sobre o desenvolvimento de projetos de vida dos estudantes, o que será o momento desencadeador para refletir sobre o que se deseja e conhecer as possibilidades do Novo Ensino Médio. A escola deverá criar os espaços e tempos de diálogo com os estudantes, mostrando suas possibilidades de escolha, avaliando seus interesses e, consequentemente, orientando-os nessas escolhas. Ou seja, é fundamental trabalhar o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, para que sejam capazes de fazer escolhas responsáveis e conscientes, em diálogo com seus anseios e aptidões. (Brasil, 2018b, n.p.)

Quando o Mediotec propõe que as vagas serão definidas a partir do mapeamento das demandas do mundo do trabalho e renda, inclusive considerando as prospecções de crescimento econômico do país, o que está em jogo, em primazia, parecem ser os interesses do mercado e do crescimento econômico e não, necessariamente, o objetivo de atender as necessidades dos grupos juvenis. Estes, serão atendidos, à medida em que o mercado necessite de “capital humano” capaz de gerar os resultados esperados, em termos de produtividade, em determinados nichos de atuação.

Assim, poderá não atender a todos os jovens, mas àqueles que mostrarem ter desenvolvido as qualidades e competências específicas exigidas pelas empresas em fase de (ou que almejam o) crescimento econômico. Isto é, àqueles que, tendo feito escolhas afinadas com as necessidades do mercado, desenvolveram as capacidades e comportamentos desejados e, assim, foram/serão absorvidos pelo mundo do trabalho – quem fracassar, é porque não fez as escolhas certas. De acordo com Han (2018, p.15), hoje se esboça a ilusão de que, enquanto “projetos” do neoliberalismo, “qualquer um é capaz de uma autoprodução ilimitada”, e “quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha disso” (*ibid.*, p.16).

No que concerne ao capital humano, Gadelha (2009, p. 175) afirma que, ao desenvolver a noção de “capital humano”, Lopez-Ruiz (2007) se referiu a ela como um conjunto de habilidades, capacidades e destrezas que:

[...] em função do avanço do capitalismo, deve se tornar valor de troca. Para isso acontecer; esses atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm, das pessoas concretas nas quais existem, e se articular (alinhar) em função de um fim externo a elas. Argumentaremos, portanto, que o “humano”, um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista.

Além disso, a caracterização do público-alvo do Mediotec fornece elementos que permitem vislumbrar um processo semelhante ao do *coaching* em operação no âmbito deste programa, uma vez que se toma como ponto de partida os interesses destes jovens e se pretende que construam projetos de vida, através dos quais traçarão planos para o futuro, que estejam, possivelmente, em sinergia com as demandas do mundo do trabalho, mencionadas no excerto de apresentação do Mediotec. Planos, estes, que envolvem uma análise de si suficientemente capaz de ajudar os jovens a definirem o que querem para si, o que precisam fazer e quais caminhos

seguir para atingir seus objetivos.

A tática para o levantamento dos interesses dos jovens, neste caso, não se expressa em termos de participação social em eventos públicos, nem em termos de entrevistas diretas com os grupos-alvo do programa. O Mediotec conhece os anseios dos jovens quando abre espaço para exporem suas atividades de interesse, e amplia esse levantamento através da construção de projetos de vida, momento em que o jovem desenvolve autoconhecimento para identificar o que deseja/precisa, bem como seus pontos fracos e pontos que favorecem o atingimento de seus objetivos, e traça planos para o futuro, que são compartilhados com quem está auxiliando neste processo.

Segundo Kimsey-House (2015, p.3), como ponto de apoio, “o *coach* é aquele que ouve o melhor [e o pior] do outro, até mesmo quando o outro não consegue ouvir a si mesmo”, e auxilia o *coachee* a identificar “os comportamentos sabotadores, que sempre aparecem mais fortes justamente quando a pessoa necessita de coragem para assumir os riscos em favor da mudança”, (*ibid.*, p.4), isto é, auxilia a visualizar suas crenças limitantes, que precisam ser abandonadas para uma mudança real. Para evocar a transformação do *coachee*, o *coach* o auxilia a enxergar, também, “a questão específica como expressão de algo maior e mais valioso para o *coachee*. A ação adotada, a partir daí, é [definir] o meio para um objetivo maior. (...) [momento em que] o *coachee* escolhe a área, as ações e os resultados que pretende” (*ibid.*, p.14). Tais aspectos constarão do seu projeto de vida, e constituem uma das estratégias utilizadas no âmbito do Mediotec. De acordo com o *Guia Mediotec*, os seminários promovidos pelas instituições ofertantes das vagas “têm por objetivo facilitar o processo de escolha e definição do curso pelos alunos” (Brasil, 2017, p.8), permitindo que o jovem “analise suas aptidões, transformando-se num instrumento indutor da escolha mais adequada do curso” (*ibid.*, p.9). É durante estes seminários que são desenvolvidos os projetos de vida, propiciando ao educando que se sinta

incentivado a pesquisar todas as características e atribuições de cada profissão, a formação necessária, a evolução, a carreira, as principais atividades, o mundo do trabalho, as aptidões necessárias e desejáveis, os campos de atuação, as especialidades e as possibilidades dentro da área de atuação. (Brasil, 2017, p.9)

Da mesma forma que o Mediotec, o programa Espaço 4.0 também se concentra no atendimento das demandas do mercado global de trabalho (mais precisamente, da Indústria 4.0), vale-se da educação como forma de mobilidade social e inclusão produtiva e, na medida em que se apropria dos modelos *makerspace* e *fab labs*, para criar um ambiente de aprendizagem

baseadas no “faça você mesmo”, visa à responsabilização dos sujeitos. Conforme consta no *E-book Espaço 4.0*, principal material de divulgação do programa:

O Programa Espaço 4.0 reconhece os processos produtivos da indústria 4.0 e as possibilidades inovadoras da Educação 4.0. A partir da cultura *maker*, o programa pretende proporcionar espaços criativos e inovadores do “faça você mesmo” com a resolução de problemas, criação de protótipos e testes com soluções. Visa, portanto, implementar um ambiente criativo de inovação para estimular o aprendizado, proporcionar oportunidade de capacitação técnica e ampliação de habilidades e competências técnicas e socioemocionais para jovens entre 15 e 29 anos. (Brasil, 2020a, p.7)

A ideia do “faça você mesmo” é a base do programa Espaço 4.0 e, segundo consta no *Guia de implementação do Programa Espaço 4.0*, “pode ser considerada mola propulsora ao demonstrar aos jovens as capacidades de colocarem as ideias em prática e fomentar o espírito da criatividade, da inovação, características essenciais e necessárias para o atual mundo do trabalho” (Brasil, 2020b, p.5-6).

No mundo atual, regido por princípios econômicos/mercadológicos, de acordo com Dardot e Laval (2016, p.353), “o novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito ‘para ganhar’, ser ‘bem sucedido’”. Assim, a educação praticada no âmbito deste programa parece ter como finalidade não apenas formar jovens para atender às demandas da indústria 4.0, mas desenvolver o sentido de autonomia e a crença de que são capazes de identificar, sozinhos, as soluções para os desafios da atualidade, ter sucesso no que fazem e, naquilo que fracassarem, buscarem formas de fazer direito, para que atinjam os resultados esperados. Trata-se de um modelo educativo que, ao se concentrar mais no fazer, expressa-se como uma formação esvaziada de reflexão crítica sobre a prática. Esse jovem está sendo produzido no sentido de acreditar que sucessos e fracassos são frutos apenas de seus esforços individuais.

No que tange à fabricação do sujeito empreendedor, Saraiva (2013, p.175) alerta, que “a educação empreendedora denota uma preocupação em tornar cada um capaz de gerar renda sem depender de que lhe seja oferecido um emprego”, que favorece a produção do trabalhador precário preconizado por Standing (2020) e Antunes (2018). Segundo Saraiva (2013), a educação empreendedora não ensina, necessariamente, como abrir um negócio ou gerir uma empresa, mas:

O desenvolvimento de aspectos da subjetividade que produziram o que vem sendo chamado de comportamento empreendedor, o que se alinha com a produção dos sujeitos empresários de si que, de acordo com Foucault (2008a), seriam as subjetividades

desejáveis para a governamentalidade neoliberal. (Saraiva, 2013, p.174-175)

Quanto ao público-alvo, consta no *Guia de implementação do Programa Espaço 4.0*, que, com o programa, espera-se fortalecer a inclusão, a cidadania e o engajamento de “jovens de 15 a 29 anos, que, na grande maioria, integram a geração ‘nem-nem’, que não estudam e não trabalham, [cujo] desengajamento compromete negativamente o desenvolvimento pleno da cidadania, da responsabilidade social e familiar juvenil” (Brasil, 2020b, p.7-8). Enquanto o Projovem visava a integrar o jovem na participação social, além de qualifica-lo para o trabalho, no contexto do Espaço 4.0 é a qualificação que leva ao desenvolvimento da cidadania e da responsabilidade social. No que se refere ao público abrangido pelo Espaço 4.0, trata-se de jovens que, na medida em que estejam ociosos e improdutivos, não contribuem para o crescimento econômico, e ganham visibilidade, ora como problema social (que precisa ser tutelado para não causar desordem), e ora como sujeitos que precisam ser conduzidos para uma vida adulta útil e produtiva.

Nesse sentido, com base nos estudos de Michel Foucault, Silva Junior e Mayorga (2019, p.11) destacam que “foram os jovens perigosos no passado e são os jovens chamados inativos no presente os principais responsáveis pelas inquietações, pois encontram-se distantes do governo de suas condutas por aqueles que tentam encaminhá-los para determinados comportamentos ajustados”. Os autores salientam, ainda, que:

Jovens que nem estudam, nem trabalham e nem procuram emprego, nomeados/as como jovens nem-nem, se constituíram como um objeto de preocupação em países como Inglaterra e Japão em meados da década de 1990, durante a crise de reestruturação produtiva capitalista. (...) A construção da juventude como problema social relaciona-se às aproximações teóricas entre juventude e criminalidade no contexto americano, mediante os estudos realizados pela Escola de Chicago (Shaw; McKay, 1928), e a formação das quadrilhas e galeras na cidade do Rio de Janeiro (Zaluar, 1996). (...) Entra em curso a produção social de jovens perigosos/as (Coimbra; Nascimento, 2005), em sua maioria pobres, negros/as e moradores/as de favelas de diferentes cidades brasileiras. A condição de pobreza vai sendo associada de forma naturalizada à periculosidade, bem como à condição de não humanidade, o que justifica uma série de práticas de extermínio, tanto física quanto simbólica. (...) Os/as jovens pobres, uma ameaça à sociedade, vão ser destinatários/as de diversas estratégias de ampliação da educação, de inserção profissional e da ocupação do tempo livre que vivenciam. Estes/as passam a ganhar visibilidade, ora como um problema social e que, portanto, precisa ser tutelado e controlado para não causar a desordem social, ora como sujeito em formação, que precisa ser conduzido/a para uma vida adulta útil e produtiva. (Silva Junior; Mayorga, 2019, p.11-13)

Conforme descrito no *E-book Espaço 4.0*, o que “deu ensejo à geração nem-nem, foi o desengajamento juvenil, bem como a falta de comprometimento do jovem quando deixa de

acumular conhecimento e habilidades necessárias ao desenvolvimento humano” (Brasil, 2020a, p.11). No que tange à geração nem-nem, o programa não reduz o grupo de nem-nem a jovens que “não estudam” e “nem trabalham”, mas engloba também aqueles que “ou estudam ou trabalham sem perspectivas de sucesso e sem expectativas de melhora na qualidade de vida, não se comprometem à capacitação técnica profissional” (*ibid.*, p.11), dando a entender que, independentemente de estar ou não trabalhando, o jovem permanece na condição de vulnerabilidade social, porque “não aprimorara, de nenhuma forma, suas capacidades técnicas para qualificação profissional” (*ibid.*, p.12).

Observa-se um processo de culpabilização do jovem pela própria condição, que se acentua quando, no âmbito do *E-book Espaço 4.0*, afirma-se que são jovens que têm acesso à tecnologia e são familiarizados com a internet, portanto, com o aprimoramento necessário, não teriam dificuldade em trabalhar na área tecnológica. Segundo o *E-book*, de acordo com pesquisa realizada pelo PNAD 2016/2017, divulgada em 2018, no Brasil “os jovens são os que estão mais conectados, de maneira que 88% dos jovens entre 18 e 24 anos que acessam a internet em qualquer local” (2020b, p.12). Atenta a estes aspectos, a Secretaria Nacional da Juventude, passou a ver estes jovens como possíveis “protagonistas na força de trabalho” necessária para atender às demandas da Indústria 4.0. Mais uma vez, o mercado aparece como indutor de políticas que promovem a transformação por meio da aprendizagem. No tocante às transformações em jogo no cenário contemporâneo, na seara do *coaching*, Reis (2011, p.11) explica que:

O século XXI, caracterizado por promover mudanças rápidas e intensas em todos os domínios da vida, também agrega as relações baseadas na observação própria e na do outro, não como espectador, mas como referência do desenvolvimento das habilidades pessoais. [Nesse sentido] o *coach*, mais que um facilitador, eleva-se ao patamar de norteador da capacidade criativa destinada à execução com perícia, a fim de contribuir para o fortalecimento da prática transformadora.

No programa Espaço 4.0, as práticas transformadoras se desenvolvem em ambientes colaborativos, baseados no modelo *fab labs*, no interior dos quais se estabelece o diálogo com os jovens e as operações de poder. Conforme expresso no *Guia de implementação do Programa Espaço 4.0*, “o Programa Espaço 4.0 tem por objetivo promover a emancipação dos jovens dos territórios por meio da criação de um espaço de diálogo, trocas de experiências e promoção de atividades extracurriculares” (Brasil, 2020b, p.6).

No que diz respeito ao modelo *fab labs* adotado pelo programa, sua finalidade parece residir, entre outros aspectos, na responsabilização dos sujeitos pela solução das demandas do seu

cotidiano e do mundo do trabalho, uma vez que, conforme consta no guia do programa, “com os *Fab Labs* torna-se possível a resolução de muitos problemas do cotidiano a partir dos novos negócios, produtos, soluções e ações criados nesses laboratórios” (BRASIL, 2020b, p.6). O movimento *maker* é uma extensão tecnológica da cultura do “faça você mesmo”, que, de acordo com Silveira (2016, p.131):

Estimula as pessoas comuns a construir, modificar, consertar e fabricar os próprios objetos, com as próprias mãos. Isso gera uma mudança na forma de pensar [...] Práticas de impressão 3D e 4D, cortadoras a laser, robótica, arduino, entre outras, incentivam uma abordagem criativa, interativa e proativa de aprendizagem em jovens e crianças, gerando um modelo mental de resolução de problemas do cotidiano. É o famoso ‘pôr a mão na massa’.

Conforme descrito no *Guia de implantação do Programa Espaço 4.0*, enquanto “os *Fab Labs* são espaços com acesso irrestrito onde as pessoas constroem projetos e resolvem algum problema da comunidade, o foco do espaço *maker* está no desenvolvimento das habilidades para a criação de um projeto e não no fazer pelos usuários” (Brasil, 2020a, p.6), como se o *fab labs* fosse destinado à criação, na prática, de algum projeto (momento em que, possivelmente, estará em avaliação o desempenho do jovem e sua real capacidade para inserção no mercado de trabalho), e o *makerspace* estivesse mais focado em ensinar como fazê-los, isto é, no processo educativo. Depreende-se, assim, que, quando o programa se refere, de forma exclusiva, ao *fab labs* como modelo, supõe a integração do *makerspace*, já que, conforme descrito no guia, trata-se de um ambiente de criação e de aprendizagem:

O espaço 4.0 tem esse propósito dos *Fab Labs*, promover o protagonismo da juventude local, sendo um espaço de criatividade, aprendizado e inovação por meio de processos colaborativos de criação, compartilhamento do conhecimento e do uso de ferramentas de fabricação digital. A iniciativa pretende, ainda, contribuir na formação social, política, acadêmica, profissional e cidadã dos jovens dos municípios contemplados, além de reduzir ao máximo a exposição à criminalidade e dependência química. Esse espaço demonstrou grande potencial para capacitar indivíduos a fim de criarem dispositivos inteligentes. (Brasil, 2020b, p.6)

Pelo exposto no excerto acima, além de combater a ociosidade dos indivíduos, tornando-os mais produtivos, os *fab labs* parecem funcionar como laboratórios privilegiados de fabricação de sujeitos com mentalidades e habilidades empreendedoras, os quais poderão integrar a classe do precariado. Consoante o guia do programa, nos laboratórios de aprendizagem os jovens terão acesso a “ferramentas flexíveis como impressoras 3D, softwares de modelagem, computadores, kits de manutenção de celulares e demais ferramentas, os quais ficam à disposição dos usuários

e para os profissionais que capacitarão os jovens a manusear os equipamentos” (Brasil, 2020b, p.8). Na medida em que aprendam a utilizar as ditas “ferramentas flexíveis”, supõe-se que poderão ingressar no grupo do trabalhadores autônomos in/formalizados da Indústria 4.0 e não dependam do emprego formal.

Quanto ao foco no uso de ferramentas flexíveis, para Antunes (2018, p.39), essa nova lógica que “se utiliza cada vez mais da pragmática de flexibilização total do mercado de trabalho”, que exige uma “disponibilidade perpétua para o labor” e na qual os trabalhadores, “quando recebem, só recebem por aquilo que fizeram”, caracteriza-se como uma “engenhosa escravidão digital”. De acordo com este sociólogo, no modelo empresarial que temos hoje, o trabalho exigido é aquele mais flexível possível, “sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de ‘metas’ é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior” (Brasil, 2018, p.42). Expande-se, assim, “a praga da precariedade, que surrupia ainda mais os direitos vigentes” (*ibid.*, p.39).

Outro aspecto a destacar é que, todos estes programas, para agir sobre os indivíduos, valem-se da questão dos riscos aos quais está submetida a juventude pobre, posicionando-a ora como vítima da violência, ora como suscetível à criminalidade, e colocam isso como fator de vulnerabilidade social a ser combatido. A construção da juventude como problema social associado ao seu envolvimento com a criminalidade, de acordo com Silva Junior e Mayorga (2019), ancora-se no “processo de difusão cultural dessas formações juvenis via globalização e a articulação no contexto brasileiro entre festas, *ethos* da virilidade, enfraquecimento e militarização do Estado, formação de milícias e tráfico de drogas” (Silva Junior; Mayorga, 2019, p. 12). É neste cenário que, na perspectiva destes pesquisadores, a juventude “vai sendo identificada como produtora da desordem social, por se envolver com a violência, criminalidade e drogadição, demandando, da sociedade brasileira, respostas repressivas e de controle dos comportamentos, a fim de torná-la um ator estratégico do desenvolvimento” (*ibid.*, p.12).

Nesse sentido, cabe retomar as análises que Michel Foucault desenvolveu, a respeito do poder disciplinar, que, diferente do poder soberano, em vez de aprisionar os criminosos e submetê-los a práticas de suplício, “não fica restrito à punição jurídica, mas se estende a outras instituições, que passam a utilizá-la por ser menos custoso, sendo seus efeitos intensificados e resultando no crescimento do rendimento do aparelho em que é exercido” (Ortácio; Saraiva, 2015, p 9).

No contexto destes programas que se valem da educação como forma de gestão da juventude pobre que, estando em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podem ter seus comportamentos forjados na matriz da criminalidade, a capacitação profissional pode estar sendo proposta não apenas como forma de inclusão produtiva destes jovens, mas, conforme alertam Ortácio e Saraiva (2015, p.10), como estratégia de “fabricação de cidadãos disciplinados”. Segundo estas autoras, “a moralização dos jovens através dos mecanismos disciplinares é a forma de governo mais presente nas práticas pedagógicas” (*ibid.*, p.10). Embora estes programas não lancem, necessariamente, mão de estratégias disciplinares, é possível pensá-los como forma de disciplinamento e moralização, pois visam ao ajuste dos jovens às normas sociais e aos modos de produção vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FABRICAÇÃO DO PRECARIADO

A análise dos programas como Projovem, Mediotec e Espaço 4.0 acena para uma sofisticada forma de gestão da pobreza. Longe de serem apenas políticas de capacitação, essas iniciativas atuam como táticas de poder que se assemelham ao processo de *coaching*, moldando subjetividades. Essa abordagem não apenas guia os indivíduos para o mercado, mas os ensina a se verem como empresas a serem geridas, perpetuando, em última instância, a precarização do trabalho e da renda.

Em um contexto de desmonte dos direitos trabalhistas e alta instabilidade, o Estado-coach transfere para o indivíduo a responsabilidade por sua própria sobrevivência e sucesso. O trabalho, que deveria ser um meio de garantia social, transforma-se em um processo de automobilização contínua. Cada pessoa é incentivada a buscar, por conta própria, sua inserção no mercado e a melhoria de seu status socioeconômico. Como pontuam Gadelha (2009) e Lazzarato (2014), essa lógica do empreendedorismo de si se torna a própria base da política pública.

Quando a inclusão se dá por meio do empresariamento de si, o desempenho e a eficiência se tornam valores absolutos, e a linha entre vida pessoal e profissional se dissolve. Essa exigência é exacerbada pela Indústria 4.0, cujas tecnologias permitem que a força de trabalho seja mobilizada à distância e a qualquer hora do dia ou da noite. O descanso, antes um direito, pode ser percebido como um custo, e a autogestão do corpo e da mente é vista como a chave para a produtividade.

Dessa forma, o Estado-*coach* não combate as raízes da pobreza e da desigualdade, mas produz um tipo de trabalhador ideal para o capitalismo contemporâneo: o trabalhador precário. Esse indivíduo internaliza a culpa por seu próprio fracasso, aceita a precarização como uma condição natural e, ao invés de se organizar coletivamente, foca em sua performance individual.

Em última análise, a adoção da lógica do coaching como política de Estado representa uma profunda reestruturação na relação entre o poder público e o cidadão, transformando a luta social em uma busca individual por sucesso, e a miséria em um problema de falta de capacidade de empreender.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (org), et al. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Tradução Murilo van der Lan, Marco Gonsales. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2020, 333p.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018, 364p, recurso digital.

BALL, S. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. In. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 144-155, mai./ago. 2013. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12886/9446>>. Acesso: 10 nov. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Espaço 4.0 (E-book)**. Brasília: SNJ, 2020(a), 37p.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Guia de implantação do Programa Espaço 4.0**. Brasília: SNJ, 2020(b), 29p.

BRASIL. Mediotec. **Ministério da Educação**, 2018(a). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/Mediotec>>. Acesso: 10 nov. 2020.

BRASIL. Novo Ensino Médio – perguntas e respostas. **Ministério da Educação**, 2018(b). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>>. Acesso: 23 jan. 2022.

BRASIL. Guia Mediotec. In. **Ministério da Educação**, Brasília, mai. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/Mediotec>>. Acesso: 10 nov. 2020.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. **Projeto do Programa Projovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Educação, qualificação e ação comunitária**. Brasília: SNJ, 2006.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. **Projeto do Programa Projovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Educação, qualificação e ação comunitária**. Brasília: SNJ, 2005.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016, 413p.

DAVID, C.; GABRIEL, V. Como a vontade e o querer podem otimizar a inteligência. In. PERCIA, A.; SITA, M. (Orgs.). **Coaching**: Grandes mestres ensinam como estabelecer e alcançar resultados extraordinários na sua vida pessoal e profissional. São Paulo: Editora Ser Mais, 2013, p.113-119.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Moraes. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002, 160p.

FRANCO, E. O *Coaching* como ferramenta para o desenvolvimento do processo de aprendizado. In. PERCIA, A.; SITA, M. (Orgs.). **Coaching**: Grandes mestres ensinam como estabelecer e alcançar resultados extraordinários na sua vida pessoal e profissional. São Paulo: Editora Ser Mais, 2013, p.177-183.

GADELHA, S. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. In. **Revista Educação & Realidade**, 34(2):171-186, mai./ago. 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacao%20erealidade/article/viewFile/8299/5537>>. Acesso: 15 ago. 2021.

GOLDSMITH, M. **Coaching**: o exercício da liderança. Organização Marshall Goldsmith e Laurence Lyons; tradução Clarisse Cardoso. Rio de Janeiro: Altas Books, 2017, 308p.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005, 106p.

HAN, B. **Psicopolítica** – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018, 117p.

KIMSEY-HOUSE, H.; et al. **Coaching Coativo**: mudando negócios e transformando pessoas. Tradução Cristina Sant'Anna. São Paulo: Évora, 2015, 244p.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86. Disponível em: <<http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/TecnologiasdoEuEducacaoLarrossa.pdf>>. Acesso: 14 out. 2020.

LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. Tradução Daniel P. P. da Costa. São Paulo: N-1 Edições, 2017, 240p.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. 1ª ed. São Paulo: Edições Sesc, 2014, 416p.

LAZZARATO, M. **A fábrica do homem endividado**: Ensaio sobre a condição neoliberal. Tradução Jairo Cruz e Karla Saraiva. Paris: Éditions Amsterdam, 2011(a), 112 p.

LAZZARATO, M. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. São Carlos: Edufscar, 2011(b), 93p.

MANCILLA, J. Prefácio. In. WOLK, Leonardo. **Coaching**: A arte de soprar brasas. Tradução Maya Reyes. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2016.

MARQUES, J. R. O que é e o que faz um *Coach*? **Instituto Brasileiro de Coaching (IBC)**, 09 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/o-que-faz-um-coach-2/>>. Acesso: 01 jun. 2021.

MONTANA, A. As mudanças que o *coaching* favorece. In. PERCIA, A.; SITA, M. (Orgs.). **Coaching: Grandes mestres ensinam como estabelecer e alcançar resultados extraordinários na sua vida pessoal e profissional**. São Paulo: Editora Ser Mais, 2013, 25-31p.

ORTÁCIO, D. de A.; SARAIVA, K. Educação para trabalho e moralização de jovens vulneráveis. In. **6º SBECE/3º SIECE: Educação, transgressões, narcisismos**. Canoas: ULBRA, 2015. Disponível em: <http://www.sbece.com.br/2015/resources/anais/3/1429623241_ARQUIVO_EDUCACAOPARAOTRABALHOEMORALIZACAODEJOENSUVULNERAVEISRevisado.pdf>. Acesso: 10 jul. 2018.

REIS, H. **Coaching ontológico: a doutrina fundamental**. Brasília: Th Esaurus, 2011, 288p.

SARAIVA, K. S. Educando para viver sem riscos. In. **Educação**, v. 36, n.2, mai./ago. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12894/9448>>. Acesso: 15 nov. 2019.

SILVA JUNIOR, P. R. da; MAYORGA, C. Jovens nem-nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. In. **Revista Desidades**, n.23, ano 7, abr.-jun. 2019, p.10-23. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/n23/n23a02.pdf>>. Acesso: 15 dez. 2021.

SILVEIRA, F. Design & Educação: novas abordagens. In: MEGIDO, V. F. (Org.). **A Revolução do Design: conexões para o século XXI**. São Paulo: Editora Gente, 2016, 116-131p.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução Cristina Antunes - 1. ed.; 6. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020, 285 p.

ULRICH, D. Prefácio. In. GOLDSMITH, M. **Coaching: o exercício da liderança**. Marshall Goldsmith e Laurence Lyons (org.); tradução Clarisse Cardoso. Rio de Janeiro: Altas Books, 2017, p.xi-xviip.

WOLK, L. **Coaching: A arte de soprar brasas**. Tradução Maya Reyes. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2016, 198p.